



/SINDIPETROLP  
CURTA NOSSA FANPAGE



/SINDIPETROLP  
ASSISTA NOSSOS VÍDEOS



/SINDIPETROLP  
SIGA NOSSO INSTAGRAM



13. 99137.8145  
FALE CONOSCO

# O PETROLEIRO

63  
anos

Em defesa do Brasil  
e da Petrobras

SINDICATO DOS PETROLEIROS DO LITORAL PAULISTA

**NÃO FIQUE SÓ, FIQUE SÓCIO!** SINDICALIZE-SE EM NOSSO SITE [SINDIPETROLP.ORG.BR](http://SINDIPETROLP.ORG.BR) OU APLICATIVO SINDIPETROLP

EDIÇÃO 143 JUNHO 2022

**ACT - 2022**  
**ASSEMBLEIA DIA 21**  
**SEM LUTA**  
**NÃO HÁ CONQUISTA!**

**OS PETROLEIROS DO LITORAL PAULISTA VOTAM EM ASSEMBLEIA NA SEDE, SUBSEDE E NAS UNIDADES OPERACIONAIS, PARA QUEM ESTIVER EM HORÁRIO DE TRABALHO, "ESTADO DE GREVE" E "ASSEMBLEIA PERMANENTE". ESTÁ EM PAUTA O ACORDO COLETIVO DE TRABALHO (ACT) DA CATEGORIA PETROLEIRA E A LUTA CONTRA A PRIVATIZAÇÃO QUE ESTÁ EM TRAMITAÇÃO PELAS MÃOS DO GOVERNO BOLSONARO**

SINDIPETRO L

SINDICATO DOS PETROLEIROS  
DO LITORAL PAULISTA

# Todos à assembleia no dia 21 de junho! Vamos lutar pelo que é nosso!

No próximo dia 21 de junho os petroleiros do Litoral Paulista votam em assembleia na sede, subsede e nas unidades operacionais, para quem estiver em horário de trabalho, “Estado de Greve” e “Assembleia Permanente”. Está em pauta o acordo coletivo de trabalho (ACT) da categoria petroleira e a luta contra a privatização, que está em tramitação pelas mãos do governo Bolsonaro de duas formas, sendo uma delas a inclusão da Petrobrás no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), anunciado pelo governo federal no dia 7 de junho no Diário da União, que tem como objetivo coordenar estudos e ações necessários para a avaliação da privatização da em-

presa. A primeira chamada para a assembleia é às 17h e a segunda às 17h30.

Apesar de um tema delicado, que terá a Justiça contrária a mobilização dos petroleiros, não há como se falar em ACT se a proposta do governo de privatizar a Petrobrás (desestatizar, como chamam agora a privatização) passar pela Câmara e Senado, a toque de caixa, como pretende Jair Bolsonaro. Para que essa proposta passe para votação no Congresso e Senado Bolsonaro conta com o apoio incondicional do presidente da Câmara, Arthur Lira, que além da proposta do governo tem projeto próprio para adiantar a privatização de fato da Petrobrás. Lira articula com sua base de apoio comprada pelo “orça-

mento secreto”, passar proposta de venda das ações da União, em posse do BNDS, para a bolsa de valores. Com isso, bastaria maioria simples, 50+1, dos deputados, para aprovar a entrega do controle acionário, que hoje é da União, ao mercado privado. Dessa forma a Petrobrás estaria totalmente a serviço dos acionistas e não teria mais nenhum compromisso com o povo brasileiro, nem responderia mais ao governo, o que configuraria sua privatização de fato.

Do lado da categoria temos 70% da população, que já se manifestou contrária a privatização da Petrobrás mais importante, o trabalhador petroleiro no comando, único detentor do conhecimento de como manter funcionando as unidades impactando ou

não a produção.

Estamos em plena data base para negociação, que termina em 31 de agosto. A partir de 1º de setembro estaremos por nossa própria conta se não avançarmos nas negociações. Diante de um governo autoritário e entreguista, como o de Bolsonaro, não podemos contar com a prorrogação de nosso ACT antes do fim das negociações, portanto, precisamos nos organizar e estarmos preparados para a luta, que fatalmente irá acontecer.

Para isso, a categoria estará unida. A Federação Nacional dos Petroleiros (FNP) e Federação Única dos Petroleiros (FUP) estarão votando em suas bases a mesma proposta, construindo a unidade que a categoria precisa

para enfrentar os ataques que já começaram e que não vão parar sem mobilização.

Sem a Petrobrás, patrocinadora da Petros e AMS, o petroleiro dará adeus a esses direitos, assim como ao Auxílio Ensino, Benefício Farmácia, Auxílio Cuidador, Jovem Universitário, estabilidade, empregos e o povo brasileiro perderá a maior e mais rentável empresa, estratégica para o crescimento social e econômico do país.

A luta não é facultativa, mas obrigatória a todo petroleiro da ativa, aposentados e pensionistas, para manutenção da categoria petroleira e de seus direitos.

Vamos aprovar as nossas pautas e defender a Petrobrás, ou não teremos mais categoria!

## Marcelo Juvenal assumiu em 02 de junho a coordenação do Sindipetro-LP afim de atender a legislação eleitoral devido a pré-candidatura a deputado federal de Fábio Mello

Após cerca de um ano sob a coordenação geral do diretor Fabio Mello, o Sindipetro-LP passou a ter novo coordenador desde o dia 02 de junho, o diretor Marcelo Juvenal Vasco, técnico de operação do craqueamento da RPBC, formado em engenharia de Segurança do Trabalho e especialista em Saúde do Trabalhador.

A mudança da coordenação segue uma das propostas da atual diretoria, de renovação das lideranças do sindicato nos setores e acontece também devido ao afastamento do diretor Fabio Mello, pré-candidato a deputado federal, atendendo a legislação eleitoral, que determina que pessoas ligadas a sindicatos devam se afastar de suas funções na entidade no mínimo quatro meses

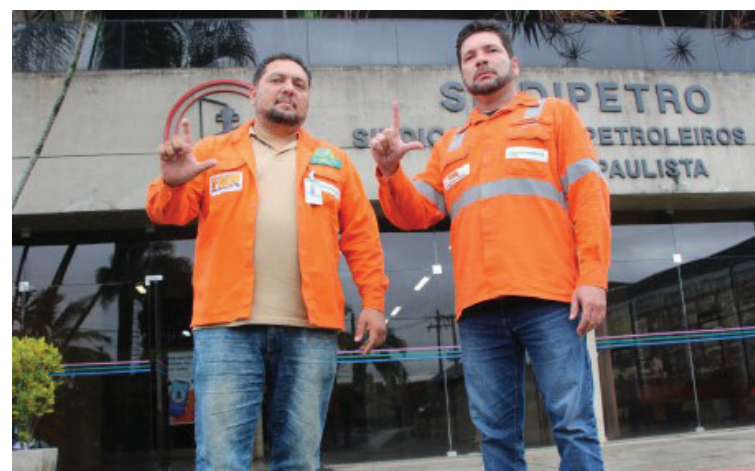
antes do pleito.

Como diretor do Sindipetro-LP, Fabio Mello tem dedicado especial atenção à luta dos desempregados da Baixada Santista, principalmente no polo industrial de Cubatão, onde ajudou a aprovar a tabela salarial unificada na Refinaria Presidente Bernardes (RPBC), regrido as contratações na empresa com salários dignos, construído com mobilização dos trabalhadores nas negociações salariais. O empenho de Mello foi importante também durante a pandemia, estando à frente da Frente Operária Solidária, que graças a doação de centenas de trabalhadores, arrecadou alimentos para distribuir a milhares de famílias que ficaram desamparadas por falta de renda

e emprego para suprir o mínimo de suas necessidades que é a alimentação.

Mello foi também um dos articuladores dos atos #ForaBolsonaro realizados na região, participou de campanhas salariais de diferentes categorias e durante sua liderança na coordenação do Sindipetro-LP dedicou ainda mais tempo e energia nas causas em defesa dos direitos dos trabalhadores.

Há muito tempo a categoria petroleira não é representada no congresso, tendo como último representante o ex deputado e petroleiro Luciano Zica, que teve mandatos de 1995 à 2007. Atualmente não há sequer um petroleiro dentre os deputados, pautando com propriedade a defesa da Petrobrás para os Brasileiros,



representando a categoria que vai além dos empregados concursados da empresa, mas os terceirizados, que já foram centenas de milhares, mas hoje lutam para continuar trabalhando, mesmo com rebaixamento de salários em boa parte do Sistema Petrobrás. Diante do atual cenário de ataques a classe trabalhadora e ameaças de privatização da Petrobrás, vemos como necessário um representante no Congresso.

Além da mudança da coordenação,

o diretor Eberton Masuzo, técnico de manutenção na RPBC, assume a cadeira de liberado deixada pelo diretor Fabio Loureiro, que se aposentou, mas continua com atribuições no sindicato. Outra mudança no quadro da diretoria é assumido pelo petroleiro Gilberto da Conceição, técnico de operação do Terminal da Alemoa, que será o novo secretário na condição de coordenador do Departamento Administrativo e de Patrimônio do Sindipetro-LP.

**Por falta de aeronaves**

# Embarcados tem prejuízos por mudanças nas escalas, atrasos nos voos e HE indo para banco de horas

Os gestores da Petrobrás têm contribuído muito para os altos lucros dos acionistas da Petrobrás, mas com o chapéu alheio, tirando do tempo e do trabalho dos petroleiros embarcados das plataformas, que por falta de aeronaves suficientes e logística equivocada, ficam mais tempo nas embarcações, sem receber horas extras e sem ressarcimento de gastos gerados pela espera pelos helicópteros.

Isso porque a empresa tem falhado com o transporte dos trabalhadores que tanto no embarque, mas principalmente no desembarque, acabam perdendo as passagens aéreas, compradas pelos próprios petroleiros, com data e horários marcados

para retorno à suas casas, ficando sozinhos com o prejuízo. Além disso, os trabalhadores que tiveram escalas alteradas devido a imprevistos ou por falta de voos para desembarque precisam continuar trabalhando ou as plataformas param por falta de empregados. A permanência desses petroleiros trabalhando embarcados por falta de aeronaves em número suficiente para a demanda é um verdadeiro desvio de finalidade. A empresa tem se aproveitado de uma situação de emergência, que é o atraso em voos, para usar a mão de obra desses trabalhadores, gerando lucro para os acionistas e prejuízo aos petroleiros.

As desculpas para os atrasos,



cancelamentos de voos e mudanças de escalas são várias e vai desde desembarques por casos de covid-19, mau tempo, até manutenção de aeronaves, falta de reposição de peças quebradas e outros motivos que somente

escondem o número insuficiente de helicópteros para suprir a demanda de voos.

A diretoria do Sindipetro-LP está acompanhando o problema e tem cobrado da Petrobrás, em reuniões com RH, a regularização

da situação dos voos, ressarcimento dos prejuízos causados pelos atrasos e cancelamentos e pagamento das horas a mais que o trabalhador é obrigado a ficar à disposição da empresa.

A Petrobrás tem disponibilizado voos conforme a demanda que acha prioritária.

Orientamos aos trabalhadores que informem ao sindicato caso estejam passando por problemas de saúde mental e dificuldade financeira devido a essa prática da empresa e se sentirem que estão correndo risco em trabalhar nessas circunstâncias, vamos cruzar os braços para garantir o direito do trabalhador de voltar para seu lar para o devido descanso após completar sua escala.

**Problemas**

# Gestão da RPBC faz “vista grossa” com trabalhadores contactantes e que apresentaram sintomas gripais

O Brasil voltou a bater recorde de casos de Covid-19. No dia 08 de junho foram confirmados mais de 80 mil casos em todo o país desse o final do mês de fevereiro. Os dados são de um conglomerado de veículos de comunicação que coletam informações nas secretarias de Saúde, e divulgam em conjunto, números sobre mortes e pessoas contaminadas, em função das restrições impostas pelo Ministério da Saúde. O número de internações diárias já representa aumento de mais de 230% em relação a abril deste ano.

Na contramão disso a gestão

da Refinaria Presidente Bernardes (RPBC), em Cubatão, tem feito vista grossa para problemas relacionados à doença. A gestão tem mantido nas instalações da unidade os trabalhadores que tiveram contato com parentes próximos infectados e também quem está com sintomas gripais. A diretoria do Sindicato já recebeu denúncia de que pelo menos três operadores estavam trabalhando nessas condições.

A quarta onda de Covid-19 já é uma realidade e a informação não pode passar despercebida. O aumento de casos de doen-

ças respiratórias na região Sul e Sudeste é fruto da queda das temperaturas e da tendência de fechar os ambientes para maior conforto térmico. Diante disso, a gerência da unidade deveria adotar os protocolos anteriores e afastar preventivamente os contactantes e doentes com gripe até que apresentem testes negativos.

O que não pode ocorrer é que a gestão siga a portaria do Ministério do Trabalho Previdência e Saúde endossada pela política negacionista do Bolsonaro que dita “ Não é obrigatório o afas-

tamento das atividades laborais presenciais dos trabalhadores considerados contactantes próximos de casos confirmados de Covid-19 que estejam com vacinação completa, de acordo com o esquema vacinal recomendado pelo Ministério da Saúde”.

A propagação do coronavírus é uma realidade no Sistema Petrobrás e a vacinação não impede que novos casos surjam, mas sim que os efeitos da doença não sejam tão nocivos. Haja vista, os altos índices de contaminação nas unidades e os surtos nas plataformas.



**Petros**

# Jurídico da FNP esclarece Resolução nº 53 do CNPC que dispõe sobre a retirada de patrocínio de plano de previdência

Publicada no dia 10 de março de 2022, a Resolução CNPC nº 53 formaliza a definição das regras que uma empresa que patrocina plano(s) de previdência complementar deve cumprir para pleitear sua saída como patrocinadora, caso tenha interesse.

O Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC) tem como atribuição regular o sistema de Previdência Complementar. E, como sabemos, o sistema está previsto na Constituição Federal, em seu artigo 202. Em decorrência desse artigo da CF, duas leis complementares, a 108/2001 e a 109/2001 foram sancionadas pelo Congresso Nacional para dar corpo ao sistema tanto na área pública quanto na área privada.

Assim, a nova Resolução CNPC 53/22 regula e explicita o que está definido no artigo 25 da Lei 109/2001 que diz:

“Art. 25. O órgão regulador e fiscalizador poderá autorizar a extinção de plano de benefícios ou a retirada de patrocínio, ficando os patrocinadores e instituidores obrigados ao cumprimento

da totalidade dos compromissos assumidos com a entidade relativamente aos direitos dos participantes, assistidos e obrigações legais, até a data da retirada ou extinção do plano.” Ou seja, não detalha de que forma tem que se dar, só deixa claro que é possível, desde que fique garantido os compromissos. Agora, com a Resolução nº 53 é esmiuçada a forma que tem que se dar para o patrocínio ser retirado.

“Dá um regramento para a reserva de contingência, reserva especial, como que se dá o tratamento para esses recursos. Ela traz o que pode ser oferecido para o participante, por exemplo, se o valor total pode ser sacado ou se ele pode sacar só uma parte do valor e optar por um benefício com o saldo que ficou, se ele pode continuar na condição de participante, contribuindo com o plano a quota dele, enfim, o documento apresenta esses detalhes”, explica Marcus Coelho, advogado da FNP.

Embora a resolução seja recente, já tinha sido colocada em consulta pública e, segundo o ju-



rídico da FNP, o objetivo é democratizar as decisões. “Essa resolução já vinha sendo desenvolvida há uns 2 anos e substitui a Resolução nº11 de 2013, que já tratava dessa questão”, esclarece Marcus Coelho, advogado da FNP.

A princípio, para o Dr. Marcus, parece que essa consulta, dificilmente vai acabar ensejando numa alteração da resolução. “Eu acho que o objetivo é democratizar essas informações. Eu acho, sobretudo, essa resolução visa sentir como as pessoas envolvidas vão se comportar”, afirma.

Então, a previsão já está na

lei e a resolução vem para esmiuçar e tratar dos pormenores, de que forma essas retiradas podem se dar.

## Aos PPSPs, poderia ocorrer a retirada de patrocínio?

“Eu acho improvável, neste momento, ainda mais em período de eleição. No entanto, não é impossível porque a patrocinadora verificando, por exemplo, que os planos estão tendo déficit sucessivamente, podem pensar ser mais viável aportar os recursos para retirar os patrocínios e se ver livre da responsabilidade dos

déficits futuros. A patrocinadora pode querer sair do risco. Se isso acontecesse, facilitaria até uma privatização”, alerta o Dr. Marcus.

Vale ressaltar que essa resolução vale para todos planos fechados. Então, pode-se dizer que não foi encomendado para as questões dos petroleiros especificamente, mas, pode ser, que realmente acarrete um problema para os petroleiros, e amanhã ou depois, ter menos questionamentos jurídicos, porque, a forma que está na lei, em aberto, pode ser questionado uma série de pontos. Por exemplo, a própria destinação das contribuições especiais (no caso, não tem no nosso plano), de contingência, entre outros fatores poderiam ser questionados judicialmente para breçar a retirada de patrocínio. “Mas, a partir do momento que eles dão uma esmiuçada através da resolução, fica mais difícil, ali, a gente encontrar ou indicar algum vício, já que tem uma previsão na Resolução nº 53 e já tá bem definido”, conclui. Fonte: FNP

## Frente Operária Solidária amplia campanha de arrecadação e busca doação de roupas de frio e cobertores em bom estado

A Frente Operária Solidária, encabeçada pelo Sindipetro-LP, está ampliando seu campo de ação. No mês de junho e julho além de alimentos também está arrecadando roupas, sapatos, meias, toucas, cobertores limpos e em boas condições. O objetivo

é também atender famílias em vulnerabilidade. O inverno chegou e muitas pessoas que têm sido castigadas pela fome agora são obrigadas a lidar com o frio. No ano passado 17 pessoas morreram de frio nas ruas de São Paulo.

O inverno começa oficialmente em 21 de junho, mas campanha já começou e se estende até a data de 29 de julho, com dois meses de duração. Os interessados podem depositar as doações nas caixas de coleta que estão disponíveis na sede, em Santos,

e na subsede, em São Sebastião. O horário de funcionamento é de segunda a quinta-feira das 8h às 12h e das 14h às 18h e as sextas das 8h às 12h e das 13h às 17h.

A sede do Sindipetro-LP está localizada a Av. Conselheiro Nébias, 248, na Vila Mathias, em

Santos. A subsede está localizada à Rua Auta Pinder, nº 218, Centro, em São Sebastião.

As doações também podem ser feitas através da conta corrente da Caixa Econômica Federal Agência 0345 - operação 003 - conta 00404284-1, pelo pix sindipetrosolidario@gmail.com. Os valores serão revertidos em cobertores e cestas básicas.